

Subsídio de vereador em debate

13 SET 1987

Por que não propor também a extinção dos subsídios dos senadores e deputados federais? De forma irônica, essa é uma das reações, no interior paulista, à proposta feita pelo deputado Tito Costa (PMDB-SP), na Assembléia Nacional Constituinte, para extinção da remuneração dos vereadores em municípios com população inferior a 300 mil habitantes. Manifestações a favor são poucas, mas há vereadores achando que os subsídios devem ser reduzidos.

Todos sentem que, no geral, a população reclama contra o que ganham os vereadores, seja numa cidade como Santo André (Cz\$ 106 mil mensais), que tem mais de 650 mil habitantes, seja na pequena Iperó (Cz\$ 14 mil), com cerca de sete mil moradores. "Não seria o caso de eliminação pura e simples, mas se poderia estabelecer um limite", opina Luís Gonzaga dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente, onde os vereadores ganham mais de Cz\$ 40 mil.

Prudente, com menos de 200 mil habitantes, seria uma das cidades atingidas pelo corte, se aprovada a proposta de Tito Costa. É o mesmo caso de Limeira, com idêntica faixa salarial, onde o vereador Jurandir Bernardes Pereira, do PMDB, acha que os vereadores ganham muito. "A lei não foi feita por nós", justifica a presidenta da Câmara de Limeira, Elza Tank (PMDB).

TRABALHAR MAIS

Outro que defende a redução, mas não a eliminação completa, é Laerte Teixeira da Costa (PMDB), de São José do Rio Preto, que vê no projeto o aspecto positivo de "abrir o debate em torno da questão dos subsídios". Da mesma cidade e do mesmo partido, Caio Urbinatti acha correto ganhar Cz\$ 46 mil, desde que os vereadores deem expediente diário de 4 horas e sejam realizadas duas sessões semanais.

Atualmente, a Câmara de Rio Preto reúne-se apenas uma vez por semana, tal como acontece em Taubaté (subsídio de Cz\$ 20 mil), com três horas de duração, de onde se extrai o cálculo de remuneração de Cz\$ 1.666,66 por hora. Um raciocínio incorreto, na opinião do presidente da Câmara Municipal de Bauru (subsídio de Cz\$ 53,3 mil), Walter Nascimento Costa, do PFL: "O vereador é vereador o tempo todo". Mas ressalva: "Se quiser, ele trabalha muito pelo povo, com isso justificando o que recebe dos cofres públicos".

Em Marília, os vereadores ganham conforme o salário dos secretários municipais: Cz\$ 27 mil, após reajuste de 25% em junho. A maioria acha que o subsídio deve ser mantido. "O vereador tem despesas que não pode custear do próprio bolso. Se a vereança não for remunerada, só os ricos poderão se candidatar, bancar a campanha e depois arcar com os gastos durante o mandato", manifesta Herval Seabra, do PDS.

Já o vereador Felipe Elias Miguel, eleito pela primeira vez em 1948, quando não havia remuneração, é contra o subsídio, "pois assim se candidataria apenas aqueles realmente interessados em trabalhar pelo município". Para ele, "hoje muita gente está querendo ser vereador só para ter bom salário". É a mesma coisa que se diz em Atibaia: haverá muitos candidatos nas próximas eleições.

"SOBREVIVÊNCIA"

"Fui vereador por 17 anos sem receber nada. Mas era o tempo em que Atibaia era uma cidade pequena e eu tinha um barzinho de onde tira-

va meu sustento. Hoje, a cidade é bem maior e eu já não tenho nenhuma outra atividade e preciso me apresentar respeitavelmente em qualquer lugar", diz Pedro Maturana (PFL), defendendo a remuneração. Os vereadores de Atibaia, município com menos de cem mil habitantes, ganham Cz\$ 34.680,00.

Na mesma cidade, o vereador Pedro Tomimaga, do PDS, advogado e fazendeiro, acha que o vereador não precisa ganhar. No ano passado, devolvendo os subsídios após reajustes, que considerou elevados, Tomimaga teve o seu mandato cassado pela Câmara — só voltando após ação judicial —, sob acusação de haver ofendido os colegas.

Em Bragança Paulista, com mais de 100 mil habitantes, o subsídio é de Cz\$ 40 mil, para uma sessão semanal, à noite. "Mas a atividade nos toma o dia todo, para atendermos aos que nos procuram", expressa Adhemar Magrini Liza, do PMDB. Outros vereadores se manifestam no mesmo sentido. "Não é o meu caso, mas em várias cidades há vereadores que dependem do subsídio até para sobreviver", diz Arnaldo de Carvalho Pinto, do PL.

DISCRIMINAÇÃO

O vereador Antônio Stela Moruzi (PDS), de São Carlos (subsídio de Cz\$ 28 mil, população de quase 150 mil habitantes), critica a proposta de Tito Costa, sob outro aspecto: "Por que vereadores de algumas cidades devem receber e os de outras não?". O presidente da Câmara de Piracicaba (quase 300 mil habitantes, subsídio de Cz\$ 41 mil), Brás Rosilho, também acha que "não tem sentido haver discriminação".

Em Araraquara, surge a crítica de Aerovaldo Del'Água, do PMDB: "Quando não ganhava, o vereador se dedicava menos". Ouvindo que os vereadores da cidade, dos Cz\$ 27 mil atuais podem chegar a Cz\$ 55 mil de subsídio, aplicando reajustes atrasados, o presidente da Associação Comercial de Araraquara, Joel Aranha, se surpreende: "Como empresário, eu sei quanto custa ganhar um dinheiro desses".

O problema não está no subsídio, mas naqueles vereadores que não querem trabalhar, expressa Antônio Bandini, vereador do PT em Americana, subsídio de Cz\$ 44 mil. Em Franca (subsídio de Cz\$ 55 mil), o presidente da Câmara, José Granzotte, também acha que os vereadores devem dedicar-se mais, daí estar propondo, em vez de uma, duas sessões por semana.

Em Suzano, Diniz José Faria, do PFL, apóia a proposta de extinção do subsídio. Já Francisco Quadra Andrez, que recentemente propôs um "campeonato de mordomias", criticando os vereadores que mais gastam o dinheiro público, acha que o correto seria a redução: dos Cz\$ 42,5 mil atuais para Cz\$ 10 mil, "o suficiente para cada vereador cobrir as despesas resultantes de sua atividade, principalmente na periferia".

Na pequena Rancharia (25 mil habitantes), região de Presidente Prudente, os subsídios dos vereadores, subindo para Cz\$ 20 mil, tiveram reajustes de 140% em julho. "Uma injustiça", queixa-se o presidente da Câmara, José Carlos Ferreira Marques, defensor da vereança gratuita, com o que não concorda o secretário da União dos Vereadores de São Paulo, Reinaldo Dias, vereador do PCB em Campinas: "Nas cidades menores, o vereador recebe maior pressão do eleitorado, transformando-se, geralmente, num verdadeiro assistente social".

Tito Costa esperava reações contrárias

O deputado Tito Costa afirma que já esperava reação contrária ao seu projeto. "Já sabia que não teria o apoio dos vereadores." Sua preocupação, diz, é a de "salvar a dignidade das Câmaras Municipais". Se as sessões, em muitas cidades, são realizadas apenas uma vez por semana ou por quinzena, e à noite, "não será a eliminação do subsídio que impedirá o vereador de exercer normalmente o seu mandato".

Em Santo André, o deputado é criticado. "Se sua proposta for aprovada, a política nas cidades menores passará a ser exercida pela elite, por vaidade, prazer ou domínio", manifesta José Araújo, vereador do PMDB. O presidente da Câmara, Antônio Maria Filho (PTB), que recebe Cz\$ 212 mil por mês, o dobro de seus colegas, por causa da verba de representação, acha que, como jurista, Tito Costa deveria preocupar-se com outros problemas na Constituinte.

"O projeto é demagógico, ao discriminar cidades com menos de 300 mil habitantes", dizem os vereadores José Ferreira e Wagner Lino, ambos do PT, em São Bernardo do Campo (Cz\$ 106 mil por mês). Mas eles defendem a redução geral nos subsídios, até mesmo dos deputados e senadores. "Apenas não pagar subsídios para vereadores nas pequenas cidades não vai resolver a situação do País", acha João Luís Santiago, vereador do PMDB em Ribeirão Pires (72 mil habitantes), subsídio de Cz\$ 42 mil.

Em Rio Grande da Serra, 35 mil habitantes, subsídio de Cz\$ 13,5 mil, os onze vereadores aprovaram requerimento de Álvaro Soares (PMDB), propondo que Tito Costa e demais deputados e senadores "doem os seus subsídios para ajudar o País a pagar sua dívida externa".

TENTANDO REDUZIR

Mas a proposta de Tito Costa também recebeu aplausos: em Rio Claro, 140 mil habitantes, a vereador Ivani Bianchini, do PMDB, diz que concorda com a eliminação dos subsídios. Mas, sabendo ser inviável conseguir a mesma opinião junto aos seus colegas, ela agora está tentando reduzir pela metade os atuais Cz\$ 43 mil. "A alta remuneração me incomoda", confessa Ivani.

Outro que apóia é o presidente da Câmara Municipal de Andradina, Nelson Rodrigues Martinho: "O salário do vereador é hoje o maior fator de desgaste do Poder Legislativo", ele desabafa, acrescentando: "Além disso, aumenta a corrupção do voto. As pessoas, sabendo que o vereador ganha bem, passaram a exigir com autoridade participações constantes em rifas beneficentes e em todo tipo de campanha filantrópica".

Em Andradina (60 mil habitantes), os vereadores passaram a ganhar Cz\$ 25 mil. Em Araçatuba (150 mil habitantes), o subsídio foi para Cz\$ 45 mil, com dois vereadores, um do PMDB e outro do PT, recusando-se a receber o último aumento, enviando a diferença para entidades assistenciais. Seus colegas não se conformam: "É muita demagogia".

Dois vereadores do PT, em Sorocaba, também não queriam o aumento, só que a Mesa da Câmara recusou-se a fazer cheques em importância menor. Setores expressivos da população manifestam-se inconformados com os últimos reajustes: de Cz\$ 29 mil em janeiro, os vereadores passaram a receber Cz\$ 77 mil em agosto.

É o mesmo subsídio de Ribeirão Preto, onde igualmente há muitas críticas, agora atingindo os quatro membros da Mesa, que recebem também Cz\$ 34.800,00, a título de verba de representação, que em várias outras cidades só beneficia o presidente. O 2º secretário, José Divino, do PMDB, goza ainda de comissionamento junto ao gabinete do deputado estadual Wilson Toni, do PTB, o que lhe garante os Cz\$ 40 mil, que receberia trabalhando como funcionário da CPFL.

"Depende da consciência de cada um julgar se ganha muito ou pouco", manifesta Ricardo Galassi, líder da bancada do PT na Câmara Municipal de Campinas, que recebe Cz\$ 103 mil por mês, que acrescenta: "Pode ser muito, se compararmos com o nível da população". Já o líder do PDS, Pedro Azevedo, radialista e publicitário, dizendo que prejudicou em 50% suas atividades particulares, não usa artimanha: "Acho justo o subsídio".

Poucos seriam beneficiados

Se a proposta de Tito Costa figurar na nova Constituição, o que é improvável, apenas vereadores de 11 municípios do interior paulista, que têm mais de 300 mil habitantes, receberiam subsídios. Hoje, têm direito a ganhar mais de Cz\$ 100 mil (50% dos subsídios dos deputados estaduais) os vereadores de Campinas, Guarulhos, Santo André, Osasco e São Bernardo do Campo, que têm mais de 500 mil moradores.

Também continuariam com direito à remuneração (hoje, estão na faixa de Cz\$ 77 mil, 35% do que ga-

nham os deputados estaduais), municípios que têm entre 300 e 500 mil habitantes: Santos, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Diadema e Jundiaí.

Perderiam os subsídios vereadores que agora ganham mais de Cz\$ 50 mil, como os de Mauá, Piracicaba, Bauru, São Caetano do Sul, Franca e Mogi das Cruzes; e os que ganham mais de Cz\$ 40 mil, como os de Ribeirão Pires, São Vicente, São José do Rio Preto, Americana, Presidente Prudente, Rio Claro, Bragança Paulista, Limeira, Araçatuba e Suzano.

Levantamento da rede de cursais e correspondentes da Agência Estado, com texto fi-

nal de Carlos Alberto Nonino, da Regional de Ribeirão Preto